REVISTA COMCIÊNCIA
ISSN 2595-1890 [Online] – ISSN 1807-0124 [Impresso]

EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONJUNTURAS E PARADIGMAS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SPECIAL EDUCATION: HISTORICAL CONJUNCTURES AND PARADIGMS OF THE PROCESS OF INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES

Elio Braga da Silva[a*]
ORCID: 0009-0003-7354-0921
Marcelo Silva Alves[a]
ORCID: 0000-0002-4349-902X
Claudio Bispo de Almeida[a]
ORCID: 0000-0001-9486-7163

[a] Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Caetité, BA, Brasil
[*]Autor de correspondência: Elio Braga da Silva – E-mail: eliobragasilva@gmail.com

RESUMO:
O presente artigo analisa a evolução histórica da Educação Especial no Brasil, destacando os paradigmas de exclusão, segregação/institucionalização, integração/serviços e inclusão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica narrativa, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. A construção do corpus foi realizada a partir de buscas nas bases SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores "educação especial", "inclusão" e "pessoa com deficiência", combinados com operadores booleanos. Foram identificadas 47 publicações, das quais 14 foram selecionadas com base em critérios de inclusão e exclusão. Também foram analisados documentos normativos nacionais que regulamentam a Educação Especial e Inclusiva no país. O estudo discute os processos históricos, sociais e culturais que influenciaram/influenciam a percepção e o tratamento das pessoas com deficiência ao longo do tempo. O estudo ressalta o impacto dos marcos legais e movimentos sociais na transição para uma educação inclusiva, comprometida com a valorização da diversidade humana e a superação de barreiras sociais e institucionais. Discute-se a necessidade de reformulações dos Projetos Políticos Pedagógicos tendo em vista a efetivação de práticas inclusivas que promovam o desenvolvimento pleno e a representatividade social das pessoas com deficiência. Conclui-se que a inclusão escolar deve ser uma prioridade e primar pelo direito à educação e à cidadania como pilares fundamentais para uma sociedade mais justa e equitativa.
Palavras-chave: educação especial; educação inclusiva; segregação; integração; pessoas com deficiência.

ABSTRACT:
This article analyzes the historical evolution of Special Education in Brazil, highlighting the paradigms of exclusion, segregation/institutionalization, integration/services, and inclusion. This is a descriptive and exploratory narrative bibliographic research with a qualitative approach. The corpus was constructed through searches in the SciELO and Google Scholar databases, using the descriptors "special education," "inclusion," and "person with disabilities," combined with Boolean operators. A total of 47 publications were identified, of which 14 were selected based on inclusion and exclusion criteria. National normative documents that regulate Special and Inclusive Education in the country were also analyzed. The study discusses the historical, social, and cultural processes that have influenced/influence the perception and

Submetido: 09 de dez. 2024 **Aceito:** 25 de abr. 2025 **Publicado:** 14 de mai. 2025

treatment of people with disabilities over time. The study highlights the impact of legal frameworks and social movements on the transition to inclusive education, committed to valuing human diversity and overcoming social and institutional barriers. The need to reformulate Pedagogical Political Projects is discussed, with a view to implementing inclusive practices that promote the full development and social representation of people with disabilities. It is concluded that school inclusion must be a priority and prioritize the right to education and citizenship as fundamental pillars for a more just and equitable society.
Keywords: special education; inclusive education; segregation; integration; people with disabilities.

Introdução

Embora a temática da inclusão da pessoa com deficiência tenha sido amplamente explorada em obras literárias e científicas, as ideias fundamentais que sustentam esse processo foram delineadas historicamente, graças ao resultado do envolvimento político de famílias, educadores e outros profissionais que não estavam satisfeitos com a forma como essa parcela da sociedade era tratada (Macêdo *et al*., 2014).

Os "paradigmas históricos" referentes à educação de pessoas com deficiência estão alinhados com os diferentes períodos históricos do país. A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, juntamente com tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, indicam a obrigatoriedade de fornecer uma educação completa e igualitária às pessoas com deficiência, com condições equiparadas (Alamino, 2018).

O contexto social e cultural das sociedades sempre foi uma influência decisiva na concepção e na abordagem das deficiências. A esse respeito, Ferreira e Guimarães (2003, p. 27) afirmam que:

> A noção de deficiência é, pois, uma questão contingencial e decorre de normas e expectativas da sociedade. Assim, não deve ser concebida simplesmente como um atributo inerente à pessoa diagnosticada e tratada como deficiente. É uma situação que surge como produto da interação daqueles que possuem determinados atributos com o meio social, que interpreta e considera tais aspectos como desvantagens.

A deficiência é, portanto, um conceito social que é construído a partir de uma relação entre o indivíduo e a sociedade. A maneira como a sociedade percebe e trata as pessoas revela muito sobre a maneira como a sociedade se relaciona com as diferenças.

Hartog (1996) empenhou-se para discutir como o sujeito pensa e/ou se relaciona com o tempo, nos espaços do presente, da experiência (passado) e de expectativa (futuro). Por isso, é preciso restabelecer formas de ligação e comunicação entre presente, passado e futuro, para entendermos como os pensamentos e ações podem mudar conforme a conjuntura.

O referido estudo busca refletir sobre o reconhecimento das pessoas com deficiência como potencialmente capazes e competentes, e não pela forma que historicamente foram tratadas, sob a ótica da incapacidade ou das limitações. Busca-se, assim, proporcionar alternativas para o desenvolvimento de diferentes habilidades, bem como ressaltar a importância da inclusão desses sujeitos, que historicamente foram colocados à margem da sociedade.

Métodos

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica narrativa, de natureza descritiva-exploratória, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos. A revisão bibliográfica é considerada de extrema importância, pois fornece uma fundamentação teórica para o trabalho, além de oferecer suporte e identificar o estado atual do conhecimento relacionado ao tema da pesquisa. Uma vantagem significativa da revisão bibliográfica é permitir ao pesquisador abranger uma ampla gama de fenômenos relacionados ao assunto investigado (Gil, 2010).

Foram utilizadas as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Para a construção do corpus bibliográfico, utilizou-se a combinação de descritores com operadores booleanos, tais como: "educação especial" AND “inclusão” AND "pessoa com deficiência", o que permitiu refinar os resultados e identificar produções mais alinhadas aos objetivos do estudo. O termo “paradigmas” também foi utilizado inicialmente, mas devido à sua abrangência, passou a ser associado aos demais descritores para maior precisão na busca.

Não foi aplicado recorte temporal na busca, com o objetivo de contemplar produções de diferentes períodos, permitindo uma visão mais ampla da evolução histórica e conceitual sobre a temática. No entanto, os trabalhos analisados compreendem publicações entre os anos de 2003 e 2024, o que evidencia a maior concentração de produções a partir da segunda década dos anos 2000 período em que se intensificaram os debates sobre inclusão escolar no Brasil.

A busca inicial resultou em 47 produções, sendo 18 localizadas na base SciELO e 29 no Google Acadêmico. Após a leitura exploratória dos títulos, resumos e, quando necessário, das introduções, 26 textos foram pré-selecionados por apresentarem relação direta com o tema da pesquisa.

Em seguida, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: (i) produções que abordassem diretamente os paradigmas históricos da Educação Especial no Brasil; (ii) estudos

que discutissem a evolução das práticas inclusivas com base em marcos legais e políticas públicas nacionais; (iii) textos que apresentassem uma perspectiva crítica sobre a concepção social da deficiência e suas implicações educacionais.

Foram também definidos critérios de exclusão: (i) produções com foco exclusivo em contextos internacionais, sem articulação com a realidade brasileira; (ii) trabalhos que mencionassem a inclusão apenas de forma tangencial ou que não abordassem os paradigmas históricos com profundidade; (iii) textos duplicados, desatualizados ou indisponíveis para leitura integral.

Após a aplicação dos critérios de exclusão, 12 textos foram descartados por não atenderem aos objetivos específicos da pesquisa. Entre os motivos da exclusão, destacam-se: foco limitado a contextos internacionais, abordagens superficiais sobre os paradigmas históricos ou ausência de articulação crítica com a realidade educacional brasileira.

Após a aplicação desses critérios, 14 artigos foram selecionados para compor o corpus de análise deste estudo. Essas produções contribuíram para a reflexão teórica sobre os paradigmas históricos da inclusão e permitiram traçar um panorama crítico sobre os avanços e desafios da Educação Especial no contexto brasileiro.

Paradigmas Históricos da Inclusão

Ao analizar a conjuntura das pessoas com deficiência desde a antiguidade até os dias atuais, Sassaki (2012) dividiu os períodos históricos em quatro paradigmas: Exclusão (marcado pela rejeição social e extermínio das pessoas com deficiência); Segregação/Institucionalização (isolamento e institucionalização das pessoas com deficiência durante toda a vida); Integração/Serviços (modelo médico da deficiência, já com uma maior socialização da pessoa com deficiência, porém, com a concepção de que quem deve mudar é a pessoa "por meio de cuidados médicos de reabilitação" e não a sociedade ao seu redor) e Inclusão (esse último paradigma entende que o problema não está na pessoa e sim nas barreiras que a sociedade impõe para sua inclusão).

O primeiro paradigma é caracterizado por um processo de exclusão total da pessoa com deficiência, em que estas eram consideradas indignas da educação escolar. Na Idade Média, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, vistas como doentes e incapazes, principalmente na área do saber. Por volta de 1496, pessoas com alguma deficiência ou transtorno mental eram perseguidas e executadas.

Nesta época entendiam que isso significava uma "presença do demônio dentro dessas

pessoas". Por mais de 200 anos pessoas com deficiência foram queimadas em praça pública, enforcadas, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos da época (Facion; Mattos, 2009, p.6).

Em Esparta, a criança tida como feia, disforme ou franzina era lançada em um abismo chamado Ápothetai para encontrar a morte, "pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse" (Silva, 1986, p. 122 *apud* Rossetto *et al*, 2006). Em Atenas, o extermínio era um costume tão comum que filósofos como Platão ou Aristóteles afirmam que crianças "doentes e as que sofrerem qualquer deformidade" (Platão in Silva, 1986, p.124 *apud* Rossetto *et al*, 2006) deveriam morrer ou não ser alimentadas.

Apesar do processo historicamente conhecido de estigmatização das pessoas com deficiência, o pensamento cristão pode ter representado um dos pilares fundamentais para as transformações sociais na forma como essas pessoas passaram a ser tratadas ao longo dos anos

As instituições religiosas desempenharam um papel fundamental nesse processo. A Igreja passou a fornecer alimentação, abrigo e cuidados às pessoas com deficiência, combatendo práticas cruéis, como a eliminação de crianças com deficiência ao nascer. Essas ações demonstraram um compromisso com o respeito à vida e com a valorização de cada ser humano, independentemente de suas limitações (Sassaki, 2003).

Dando início ao período da segregação, Minetto (2010, p. 46) afirma que esse momento histórico se revelou no final do século XVIII e início do século XIX. As pessoas com necessidades educacionais especiais eram segregadas em espaços que tratavam a deficiência como se fosse uma doença. Na concepção vigente da época, as potencialidades dessas pessoas não eram consideradas, e havia uma crença socialmente difundida de que elas representavam algum tipo de ameaça à sociedade. Por essa razão, muitos desses indivíduos eram isolados em instituições segregadoras, como hospitais ou asilos, onde permaneciam internados por toda a vida. Inicialmente, essas instituições eram financiadas pela Igreja, sendo posteriormente secularizadas.

Como essas instituições não tinham capacidade para atender todas as pessoas com deficiência, muitas delas acabavam mendigando pelas ruas, eram acolhidas por algumas famílias ou transformadas em figuras folclóricas, como os chamados "bobos da corte". No entanto, com o tempo, surgiram grandes instituições especializadas para atender pessoas com deficiência. É a partir desse processo que se pode considerar o início da educação especial institucionalizada. No Brasil, essa modalidade educacional foi oficialmente reconhecida a partir do Decreto nº 72.425, de 11 de setembro de 1973, que instituiu a Educação Especial como parte

integrante do sistema educacional, sendo posteriormente reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Art. 58 (Brasil, 1973; 1996).

O próximo paradigma é a Integração que surge, no início dos anos 1940, os serviços públicos de reabilitação física e profissional. Inspiradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) aparecem as associações voltadas ao assistencialismo. Este paradigma vem para defender o direito da pessoa com deficiência a ser inserida na sociedade e principalmente na rede regular de ensino, porém, a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto que as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o compromisso em adaptarem-se as necessidades destes alunos (Minetto, 2010 p.46).

Neste período, consolida-se o paradigma da integração, o qual, segundo Sassaki (2012), se materializava por meio da prestação de serviços voltados às pessoas com deficiência. Esse modelo foi marcado pela luta de pais e familiares contra a segregação total, buscando oferecer oportunidades de inserção social e educacional. Assim, as pessoas com deficiência, após serem capacitadas, habilitadas ou reabilitadas em instituições especializadas, eram então encaminhadas para as escolas regulares.

> Nesta há um processo de educar/ensinar crianças ditas “normais” junto com crianças “portadoras de deficiência”, em que alunos com deficiências devem se adaptar à realidade das escolas, enquanto estas permanecem com suas condições inalteradas para receberem àquelas crianças (Martins *et al*.2007, p. 110).

Os movimentos em prol da integração das crianças surgem quando se questionava as práticas segregadoras. Neste ínterim, ocorria a busca por uma normalização, ou seja, a inserção de pessoas com deficiência no ambiente regular de ensino sendo elas escolas especiais, e classes especiais em escolas comuns por meio do ensinoitinerante, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros (Mantoan, 2006).

Diversos espaços escolares foram criados, esses em que as pessoas eram agrupadas de acordo com a deficiência que apresentavam, deveriam a daptar-se aos ambientes. Quanto mais propenso à adaptação, era maior a probabilidade de ajustar-se, maior também era a chance do indivíduo ser aceito e integrar-se socialmente. Dessa forma, vigorava a concepção de que a pessoa era quem deveria adaptar-se à escola e não o contrário, mas não havia preparo ou formação dos profissionais da educação para recebê-los e muito menos para mediar a educação dos alunos integrados.

O último paradigma é o da inclusão. Segundo Matos e Mendes (2014), o movimento inclusivo surgiu nos Estados Unidos a partir da reflexão sobre a necessidade de se questionar o atendimento às pessoas com deficiência, com o objetivo de defender um sistema de ensino de

qualidade para todos.

Em 1994, reuniu-se na Espanha, mais de trezentos representantes de oitenta e oito governos e vinte e cinco organizações internacionais para a elaboração da "Declaração de Salamanca" que foi composta por princípios, políticas e práticas para a educação especial (Carvalho, 2007). Por meio deste documento ampliou-se o conceito de necessidades educacionais especiais, sugerindo a inclusão de todas as crianças nas escolas regulares.

Neste período começaram a surgir institutos visando promover a educação de pessoas com deficiência, e estes passaram a pensar e elaborar estratégias em formas diferenciadas de atuação, para a educação das pessoas com deficiência. No Brasil Império, Dom Pedro II fundou dois institutos com a finalidade de promover a educação para pessoas cegas e surdas. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos que foi criado em 12 de setembro de 1854, mediante o Decreto n.º 1.428. Souza e Miranda (2021, p.163), aponta isso ao dizer que

> Em 24 de janeiro de 1891, pelo decreto n° 1.320, o Instituto Nacional dos Cegos, passou a ser chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao ex-professor de matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. D. Pedro II, pela Lei n° 839 de setembro de 1857, passando três anos depois que construiu o Instituto de Benjamin Constant, fundou no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos-Mudos.

No ano 1854, foi criado no país o Instituto voltado à educação de pessoas com deficiência visual, e, fato possível pelo sistema de escrita desenvolvido por Louis Braille. Desde a criação deste instituto a educação das pessoas com deficiência visual se tornou possível, pois, até aquela data, não se acreditava ser possível a alfabetização das pessoas com deficiência visual.

Na cidade do Recife, estado de Pernambuco, foi criado o Instituto de Cegos Antônio Pessôa de Queiroz, com a finalidade de atender pessoas com deficiência visual, atualmente quem administra o Instituto é a Santa Casa de Misericordia do Recife, conforme *site* da Santa Casa (2024). A partir desses dois institutos, as ideias e métodos de educação da pessoa com deficiência visual começaram a ser disseminadas pelo Brasil, e as pessoas com deficiência visual começaram a ter a oportunidade de estudar. Entretanto, a inovação na educação das pessoas com deficiência só começou de fato a ocorrer após a Constituição de 1988 e dos tratados e Convenções internacionais que orientaram o regime pátrio de como deveria ser a Educação Especial e Inclusiva.

A inclusão no Brasil surgiu em 1990, com a luta das próprias pessoas com deficiência, que reivindicavam a equiparação de oportunidades e a adequação dos sistemas sociais, com o intuito de que pudessem participar de todos os ambientes. Esses movimentos representam um

avanço da responsabilidade social para com as pessoas com deficiência. Barreta e Canan (2012, p.11) entendem que o Brasil, ao aderir à Declaração de Salamanca (1994), assumiu um compromisso internacional com a Organização das Nações Unidas (UNO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Banco Mundial (BM) de melhorar os indicadores nacionais da educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 destaca, no capítulo V, Art. 58 e 59, a respeito da pessoa com deficiência:

> Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
> § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (Brasil, 1996, p. 25).

Dentre os pontos positivos desta lei, cita-se a obrigação do Estado em prover a oferta da educação especial, a inserção desses alunos nas salas regulares, capacitação dos docentes para a oferta de apoio especializado e os recursos que são utilizados no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No Brasil, a partir de então, começou-se um longo caminho pela inclusão. O Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução n° 02/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e instituiu diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, incluindo os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldade de comunicação e sinalização.

A busca por uma sociedade inclusiva ganhou apoio global, onde gerou a necessidade de teorias e práticas educacionais, bem como mudanças nos currículos escolares e formação de professores. Nessa perspectiva, segundo Saviani (2001), o papel do professor no processo de inclusão é de fundamental importância, pois ele atua como mediador dos métodos de ensino e aprendizagem em sala de aula. Para tanto, faz-se necessário que os gestores possam possibilitar aos professores a participação de cursos de formação continuada que forneçam técnicas e estratégias de ensino para envolver todos os alunos em atividades educacionais e de aprendizagem.

De acordo com Gatti (2019), a ideia de inclusão tem sido amplamente aceita para promover uma educação que englobe todos os alunos, respeitando e valorizando suas diferenças. Diante deste contexto, os sistemas educacionais enfrentam o desafio de criar programas que atendam às características e necessidades diversas dos alunos, especialmente aqueles que vivem em contextos desfavorecidos.

Desse modo, a proposta inclusiva busca a inserção de pessoas com deficiência, que historicamente foram excluídas e rejeitadas até o século XIX. Essa é uma responsabilidade atual da sociedade, que precisa reduzir o preconceito e a hostilidade diante das diferenças. Portanto, os defensores da inclusão social no modelo social da deficiência devem direcionar sua atenção para atender às necessidades de todos os membros de forma produtiva (Branco *et al*. 2019).

A criação de estruturas institucionais, como os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI), ressalta o compromisso com a inclusão, fortalecendo a participação equitativa de pessoas com deficiência no ensino superior (Silva; Souza, 2024).

O paradigma da inclusão tem um significado fundamental a ser analisado em relação à conjuntura, aos aspectos sociais e culturais em prol das lutas da cidadania. A intensificação dos movimentos sociais é caracterizada por paradigmas inclusivos diante das lutas contra todas as formas de discriminação no século XXI, incluindo a cidadania das pessoas com deficiência.

No que tange a educação escolar, não basta somente termos leis, o que se necessita é de uma mudança de pensamento e quebra de paradigmas. Yaegashi *et al*. (2021, p. 3) corroboram com essa linha de pensamento ao expor que "a inclusão escolar e social exige mudança de mentalidade, mudança nos modos de vida, quebra de paradigmas, muitas reflexões e, como princípio fundamental, a valorização da diversidade humana". Então, o paradigma da inclusão pôde proporcionar uma escola em que os alunos possam participar e conviver com a diversidade e com as diferenças com a finalidade de prepará-los para a vida em sociedade.

Considerações Finais

Este trabalho propôs refletir sobre a educação especial na perspectiva histórica, na qual se observam os paradigmas da exclusão, segregação/institucionalização, integração/serviços e inclusão, não como meros modelos seguidos, mas como uma forma de pensar as mudanças conforme as conjunturas de cada época, nos modos de agir nas instituições e na sociedade como um todo, a partir do pensamento ideologicamente veiculado.

Tratou também de discutir a necessidade de uma educação inclusiva, a partir de uma escola que acolhe e que, desde esse ponto de partida, inclui a diversidade e as pessoas com deficiência como um direito à educação, analisando as dificuldades que se apresentam nas escolas para efetivar adequadamente a inclusão. É fundamental que as escolas promovam essa reflexão e que os resultados sejam evidenciados nas reformulações de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Essas reformulações devem ser construídas de maneira democrática e participativa, envolvendo todos os segmentos da instituição de ensino. Ouvir a voz daqueles

que observam, acompanham ou vivenciam a realidade das pessoas com deficiência, deve ser considerada uma característica positiva do nosso tempo, e todos nós devemos estar atentos a essa necessidade.

Assim, o que se espera é que a inclusão escolar, por meio da Educação Especial e Educação Inclusiva, se tornem uma realidade prática e que tais sujeitos tenham a oportunidade de desenvolver um papel social mais presente e representativo.

Agradecimentos

Esta pesquisa contou com o apoio do Programa de Bolsa de Pesquisa (PROGPESQ) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da concessão de bolsa de estudo. Agradecemos ainda ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB pelo suporte institucional.

REFERÊNCIAS

ALAMINOS, Cláudia. Fundamentos da educação especial: aspectos históricos, legais e filosóficos. Indaial: UNIASSELVI, 2018. Disponível em: https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=29978.Acesso em: 10 nov. 2024.

BARRETA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. IX ANPED Sul: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181 . Acesso em: 22 nov. 2024.

BRANCO, Marcella Arraes Castelo; SILVA, Elenice de Alencar e; SOUSA, Flávio Ricardo Silva. Políticas educacionais e o direito à educação do deficiente no Brasil. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, jan. 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_666_6665cbc681c98cfd.pdf . Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. Decreto nº 72.425, de 11 de setembro de 1973. Dispõe sobre a educação especial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 12 set. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d72425.htm . Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília**, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 14 abr. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FACION, J. R.; MATTOS, C. L. G. Exclusão: uma metacategoria nos estudos sobre educação. In: FACION, J. R. (Org.). Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba: **IBPEX**, 2009.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly**. Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GATTI, B. A. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf . Acesso em: 27 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HARTOG, F. Regime de historicidade. In: Time, history and the writing of history. KVHAA Konferenser 37; p. 95-133. Stockholm, 1996.

MACÊDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues et al. Histórico da inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 2, p. 179-189, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/fB3fsKCgTpyLh5wS5zRkjFr/?lang=pt&format=pdf . Acesso em: 22 nov. 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, L. B. et al. Dez anos de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas municipais, na cidade de Ribeirão Preto: discutindo o acesso, a permanência e a formação do educador. In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, UNESP - Universidade Estadual Paulista, 2007. p. 109-120.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, jan./jun. 2014.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim et al. **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

ROSSETTO, E. et al. **Aspectos históricos da pessoa com deficiência**. Educere et Educare, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2006.

SANTA CASA DE RECIFE. **Instituto Antônio Pessoa de Queiroz**. Disponível em: https://santacasarecife.org.br/unidade/instituto-de-cegos-antonio-pessoa-de-queiroz/7 . Acesso em: 24 nov. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. **Revista Reação**, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Talyta Fagundes Teixeira; SOUZA, Kayala Oliveria. O monitor apoiador no processo de inclusão das pessoas PAEE nos campi da UNEB do território Sertão Produtivo – Bahia. **Revista ComCiência**, v. 9, n. 13, p. 1-22, nov. 2024. DOI: 10.36112/issn2595-1890.v9.i13.e9132409. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/comciencia . Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, Ritchelle Teixeira; MIRANDA, Jean Carlos. Inclusão escolar no Brasil: uma análise documental. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 5, n. 13, p. 58-68, 2021. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/8/206 . Acesso em: 25 nov. 2024.

YAEGASHI, João Gabriel et al. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais: contextualização histórica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, p. 1-22, 2021. Disponível em: http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/334.pdf . Acesso em: 25 nov. 2024.